

Ipea aponta fórmula para dobrar o corte de gastos públicos até 1999

Órgão sugere esforço concentrado nas despesas de custeio, para elevar a economia a R\$ 15 bilhões

BRASÍLIA – Os cortes nos gastos do governo federal poderiam ser quase duplicados neste ano e em 1999 para viabilizar o ajuste fiscal esperado pelos investidores e reverter a crise de credibilidade do País, de acordo com economistas do próprio governo.

Estudos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) sugerem que concentrando os cortes nas despesas de custeio – e, portanto, preservando os investimentos –, há espaço para elevar a economia pretendida neste ano e no próximo – de R\$ 4,4 bilhões para R\$ 10 bilhões, e de R\$ 8,6 bilhões para R\$ 15 bilhões, respectivamente.

Desta forma, o governo federal teria como criar, no biênio 1998-99, um superávit primário (receitas menos despesas, exceto juros da dívida) da ordem de 3% do Produto Interno Bruto (PIB), algo em torno de R\$ 30 bilhões, sem contar com os ganhos proporcionados pela conclusão das reformas constitucionais – previdenciária e administrativa. Essa cifra é tida por vários analistas como necessária para contrapor o crescimento da conta de juros da dívida, projetada em até R\$ 80 bilhões com a manutenção das taxas atuais até dezembro.

“Para os níveis atuais de endividamento do setor público, os superávits primários de R\$ 5 bilhões em 1998 e R\$ 8,7 bilhões em 1999 são insuficientes para acalmar os agentes econômicos”, diz um economista do Ipea que defende essa proposta. Segundo ele, como a curto prazo a relação dívida-PIB vai crescer – devendo acabar o ano superior aos 40% – o caminho mais adequado para o País recuperar a credibilidade perante os inves-

tidores internacionais é elevar ao máximo o superávit primário, mostrando os primeiros resultados concretos em no máximo dois meses.

O ajuste de R\$ 30 bilhões no biênio seriam alcançados da seguinte forma: R\$ 10 bilhões resultariam do aperto adicional neste ano, quando o superávit primário inicial de R\$ 5 bilhões seria dobrado, e os R\$ 20 bilhões restantes seriam obtidos em 1999 – número bem superior à meta de R\$ 8,7 bilhões para o superávit primário fixado em lei. Além dos cortes nos gastos, estão sendo analisadas várias outras medidas, como o aumento da

ECONOMISTAS
VÊEM CHANCE
DE REDUÇÃO DO
DESPERDÍCIO

alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), prorrogação para além de 1999 do aumento do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, cortes de incentivos fiscais, ampliação da base de incidência de determinados tributos e combate à sonegação.

Com o aprofundamento dos cortes nos gastos do setor público, o ajuste fiscal não demandaria aumento de tributos no mesmo nível dos pacotes anteriores e reverteria a curto prazo o déficit em relação à incapacidade do governo de equilibrar suas contas. Os R\$ 5 bilhões que ficariam faltando para fechar o ajuste de R\$ 20 bilhões em 1999 poderiam ser obtidos com o aumento de 50% da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que passaria dos atuais 0,20% para 0,30%, na opinião dos técnicos do Ipea. Essa alternativa é tida como a melhor pela facilidade da arrecadação desta contribuição, que precisa ser prorrogada pelo Congresso para ser cobrada além de fevereiro de 1999.

A opção de concentrar o ajuste fiscal no corte das despesas, no entanto, pode significar a paralisação temporária de parte da máquina administrativa, o que é visto como uma oportunidade para elevar a produtividade do gasto público e reduzir o desperdício. “É um remédio amargo para uma situação emergencial”, afirmou a mesma fonte. Os economistas que defendem um ajuste mais radical nas contas públicas sabem que esse caminho tem um custo social elevado, que se refletirá principalmente em recessão, pois ninguém mais duvida que em 1999 o PIB cairá em relação a este ano.

O espaço que o governo federal tem para cortar seus gastos são as chamadas “outras despesas correntes” (ODC), exceto benefícios previdenciários e as transferências constitucionais para Estados e municípios. “Tirando esses gastos que não podem ser mexidos, ainda sobram R\$ 18 bilhões passíveis de corte no orçamento deste ano”, afirma um economista que fez o levantamento. Segundo a mesma fonte, trata-se de custeio destinado ao consumo, ou gastos não-produtivos, como programas de administração e defesa nacional. “Ainda assim seria possível preservar os gastos produtivos e as prioridades do governo, que são os investimentos em infra-estrutura, educação básica e saúde preventiva”.

EDUCAÇÃO
BÁSICA E SAÚDE
SERIAM
PRESERVADAS

De acordo com essa proposta, a distribuição dos cortes adicionais se daria proporcionalmente à disponibilidade de recursos para ODC nos respectivos ministérios e órgãos públicos. O total de ODC dotadas para 1998 (orçadas mais créditos suplementares) é de R\$ 122,2 bilhões – sem o corte anunciado no início de setembro –, contra R\$ 105,8 bilhões gastos em 1997. Até meados de setembro, já tinham sido executadas R\$ 75 bilhões – o equivalente a 61,5% das dotações totais para este ano inteiro. (L.E.L.)